Commentarium, vol. 2 (2026), pp. 139-157
https://doi.org/10.34640/cjhs2_2026_60

Commentarium
JOURNAL OF HUMANITIES STUDIES
CJHS

RESEARCH ARTICLE

Os outros têm lá tempo de pensar nas árvores! Uma leitura ecocrítica do arboricídio lisboeta nas crónicas de Maria Judite de Carvalho e Carlos de Oliveira

Martino Gabrielli

Università Degli Studi Di Milano, Itália
https://orcid.org/0009-0007-5698-6269

ABSTRACT
This article aims to examine, through the lens of ecocriticism, selected chronicles by Maria Judite de Carvalho and Carlos de Oliveira dealing with arboricide in Lisbon. Both writers belong to a long tradition of intellectuals who, since the 19th century, have denounced the Portuguese people's hostility towards trees. Within the context of the capital's urbanization processes, Maria Judite de Carvalho and Carlos de Oliveira draw attention to the marginal condition of trees in the modern urban landscape of Lisbon. Grounded in the multidisciplinary approach of ecocriticism, this article explores the perspectives of both authors by bringing them into dialogue with historical and urban-planning sources.

ARTICLE HISTORY
Received 31/12/2025
Accepted 15/09/2026

KEYWORDS
Maria Judite de Carvalho; Carlos de Oliveira; Trees; Ecocriticism; Contemporary Portuguese Literature

Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir ecocriticamente em torno do "arboricídio"[1] lisboeta a partir das crónicas de Maria Judite de Carvalho e Carlos de Oliveira. Antes do mais, considero preciso reconstruir o caminho da ecocrítica no mundo académico estado-unidense e, sobretudo, português. Tendo em conta as múltiplas ramificações do pensamento ecocrítico — Greg Garrard conta no seu ensaio *Ecocriticism* (2004) com mais de cinco posições[2] —, este primeiro enquadramento histórico e teórico resulta importante para situar o presente contributo dentro da tradição ecocrítica norte-americana, distante da ecopoética francesa ou dos *green studies* britânicos. A interdisciplinaridade desta

[1] Oliveira (1995, p. 133).
[2] Cf. Garrard (2004).

* **CONTACT Martino Gabrielli** Email: martino.gabrielli@unimi.it

© 2026 The Author(s). Published by *Commentarium: Journal of Humanities Studies*. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives License (http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), which permits non-commercial re-use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited, and is not altered, transformed, or built upon in any way. The terms on which this article has been published allow the posting of the Accepted Manuscript in a repository by the author(s) or with their consent.

abordagem teórica oferece interessantes perspetivas para interpretar a representação dos elementos naturais presentes nas crónicas de Maria Judite de Carvalho e Carlos de Oliveira.

A origem da escola ecocrítica estado-unidense remonta ao final do século XX. Cheryll Glotfelty — entre os fundadores do ASLE[3] — afirmou que a ecocrítica pretende estudar "the relationship between literature and environment"[4]. Por quanto possa parecer primitiva, a proposta de Glotfelty simboliza a rejeição do conceito de "constructedness", pedra angular da maioria das teorias literárias. No seu livro *Beginning Theory* (2009), Peter Barry chama a atenção para esta ausência:

> Ecocriticism, then, repudiates the foundational belief in "constructedness" which is an important aspect of literary theory. Of course, that belief in the universality of social constructedness was always vulnerable to the objection that if true it would be necessarily unknowable (since "everything" would include the idea itself that "everything is socially and linguistically constructed") [...] So the difficulty of either verifying or falsifying the view that everything is socially or linguistically constructed has not diminished its grip on day-to-day debate about literary theory. Nevertheless, the essence of ecocriticism's intervention in theory has been to challenge it.[5]

A falta de "constructedness" do pensamento ecocrítico implica grande liberdade metodológica. Na moldura do *Western Literature Association Meeting* de 1994, Christopher Cokinos salientou a necessidade de adotar abordagens teóricas diferentes ("we need a diversity of approaches"[6]), para que a ecocrítica não virasse "merely another 'ism'-machine for publication and tenure, thus transforming it from crucial professional and social necessity to just another generator in the academic factory"[7]. Na mesma senda de Cokinos, Nancy Cook defendeu que o seu trabalho assentasse na interdisciplinaridade e que a designação "ecocriticism" — por ser ainda pouco definida, sobretudo no que diz respeito ao seu posicionamento político — denotasse a abertura da ecocrítica para com outros saberes:

> My work of necessity is interdisciplinary, and grows more so with every class I teach. As I prepared this statement I ranged from Mike Kowalewski's literary studies to Donald Worster's history, to Neil Evernden's environmental studies for guidance. Each has been informed by a different matrix of methodologies, different disciplines; all are

[3] Association for the Study of Literature and Environment.
[4] Glotfelty (1996, p. xviii).
[5] Barry (2009, p. 239).
[6] Cokinos (1994).
[7] Cokinos (1994).

> useful and necessary. I'm not sure I know what we mean by the term "ecocriticism", but it seems to be a term that is inclusive rather than exclusive.[8]

No entanto, a declaração de Cook é sintomática do escasso envolvimento político da escola ecocrítica estado-unidense, longe do empenho da ecopoética francesa e, sobretudo, dos *green studies* britânicos. Para enfrentar esta carência, Michael P. Cohen encorajou a participação dos intelectuais ecocríticos na redação das leis ambientais de modo que as promessas do NEPA (*National Environmental Policy Act*) — assinado por Richard Nixon em 1970 — se pudessem finalmente cumprir.

> America's important contribution to global environmental protection is not wilderness or national parks. The National Environmental Policy Act with its provisions for Environmental Impact Statements, more than any other U.S. statute, has been widely emulated (in over eighty countries now). As Lynton Keith Caldwell has pointed out, the promise of NEPA is still unfulfilled. It will not be fulfilled until people like ecocritics demand better nature writing in Environmental Impact Statements, because this is where much of the real writing of nature occurs today. Ecocritics must enter the public arena by encouraging and facilitating writing of the most important single literary genre, the letter to a governmental agency.[9]

Além do seu escasso impacto no mundo, a ecocrítica estado-unidense foi objeto de crítica também pela pouca clareza no que diz respeito à sua metodologia. A filósofa Serpil Oppermann salienta como, logo depois de 1996, alguns intelectuais mostraram "common concern about the interpretive strategies and analytical premises of ecocriticism with a wider scope and emphasis"[10]. Lawrence Buell, por exemplo, apelou para a necessidade de ensaios que servissem de "field-defining statements" do pensamento ecocrítico. Os casos do pós-colonial e do *New Criticism* — apresentados por Buell como termos de comparação — chamam a atenção para os defeitos da abordagem interdisciplinar de Cokinos e Cook, insuficiente para definir o quadro teórico da ecocrítica. Embora Buell assinale esta falta de obras canónicas, Oppermann afirma que a ecocrítica, em diálogo com o pós-modernismo e a filosofia ambiental, oferece igualmente abordagens multi-prospetivas que exploram a relação problemática entre representação e ambiente:

> If ecocriticism positions itself at the cross-roads of an ecocentric postmodern theory and environmental philosophies it can achieve a broader perspective, and generate critically subversive and challenging interpretations of those literary texts dealing

[8] Cook (1994).
[9] Cohen (2004, pp. 9-36).
[10] Oppermann (2006, p. 105).

with representations of nonhuman nature, as well as critiques of authority in which nature still holds a politically and discursively powerless position.[11]

No que diz respeito a Portugal, a origem do debate ecocrítico remonta a 2011. A quase dez anos do *Western Literature Meeting* de Salt Lake City, Osvaldo Silvestre e António Lourenço publicaram e organizaram o volume *Literatura, Espaço e Cartografia* (2011), mencionado por Ana Cristina Carvalho como primeira coletânea portuguesa de ensaios ecocríticos[12]. Após a publicação do livro de Silvestre e Lourenço, apareceram interessantes estudos, como *Geografia sentimental: Terra e gente na obra ficcional de Aquilino Ribeiro* de Henrique Almeida, o número 207 de *Colóquio/Letras* e a *Anthropocenica* (2020), revista da Universidade do Minho, que tem como objetivo "a divulgação de material bibliográfico original e inédito que contribua para o aprofundamento de temáticas e problemáticas relevantes nos domínios dos Estudos do Antropoceno e da Ecocrítica"[13]. É justamente nesta linha de investigação que o presente artigo se insere, pretendendo abordar o tema do arboricídio na cidade de Lisboa a partir dos pontos de vista de Maria Judite de Carvalho e de Carlos de Oliveira.

Em primeiro lugar, irei apresentar o histórico da luta de alguns escritores portugueses contra os ditos desarvorados — trata-se de uma contextualização necessária para situar os dois autores dentro desta tradição literária nacional. Depois de ter apresentado o panorama dos combates contra o desmatamento a nível nacional, irei analisar, sempre através da lente da ecocrítica, as crónicas *A Geometria da Cidade* e *Terra, qual terra?* de Maria Judite de Carvalho, focadas na marginalização das árvores na capital. Ao longo da minha análise, utilizarei ferramentas pluridisciplinares, como, por exemplo, ensaios de história e teorias de urbanismo, recursos fundamentais para compreender as transformações que Lisboa viveu social e arquitetonicamente no final da década de 60. Dedicarei a última parte do artigo à leitura ecocrítica da crónica *Gás* de Carlos de Oliveira, publicada em 1967, por volta da mesma altura dos textos de Maria Judite de Carvalho acima mencionados. O olhar do escritor neorrealista, natural da árida região da Gândara, captura o sofrimento das árvores da área metropolitana da capital, prestes a ser substituídas pelos candeeiros. Para concluir, à luz da visão ecocrítica de Serpil Oppermann, irei apresentar as minhas conclusões acerca do significado que Maria Judite de Carvalho e Carlos de Oliveira atribuem ao arboricídio de Lisboa dentro das próprias crónicas.

[11] Oppermann (2006, p. 124).
[12] Carvalho (2024, pp. 81-92).
[13] Mendes & Mendes (2020, pp. III-VI).

1.

A origem do debate em torno do desaparecimento da antiga floresta portuguesa remonta a meados do século XVI. Para se manifestarem contra a pena de morte, alguns escritores da altura envolveram-se na luta contra o vergonhoso uso que os seres humanos faziam "de árvores como o carvalho, a figueira e o castanheiro, muitas vezes 'forçadas' a cumprir o perverso papel de forca"[14]. No contexto deste protesto, importantes autores como Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós, entre outros, armaram-se em botânicos para guardar a memória e o "estatuto sagrado"[15] da floresta portuguesa. Como salienta Susana Neves, estes escritores dedicaram, nas próprias obras, amplo espaço a descrições precisas da flora local. Por exemplo, no seu romance póstumo *As Cidades e as Serras*, Eça de Queirós faz questão de referir cada planta daquela serra nortenha que se desdobra perante o olhar de Jacinto, o ultracivilizado protagonista da obra:

> Para os vales, poderosamente cavados, desciam bandos de arvoredos, tão copados e redondos, dum verde tão moço, que eram como um musgo macio onde apetecia cair e rolar. Dos pendores, sobranceiros ao carreiro fragoso, largas ramarias estendiam o seu toldo amável, a que o esvoaçar leve dos pássaros sacudia a fragrância. Através dos muros seculares, que sustêm as terras liados pelas heras, rompiam grossas raízes coleantes a que mais hera se enroscava. Em todo o torrão, de cada fenda, brotavam flores silvestres. [...] Em socalcos verdejavam laranjais redescentes.[16]

O esforço conjunto desses escritores não foi suficiente, porém, para dissipar o sentimento de "desprezo pela árvore"[17] que se tinha radicado dentro do povo português. Os ecos desta insensibilidade (ou até rancor) de Portugal para com o desaparecimento da sua floresta ultrapassaram as fronteiras nacionais e chegaram às páginas de Charles Baudelaire. Nos seus poemas em prosa, Baudelaire apresenta Lisboa como espelho do "ódio ao vegetal" dos portugueses.

> Dis-moi, mon âme, pauvre âme refroidie, que penserais-tu d'habiter à Lisbonne? Il doit y faire chaud, et tu t'y ragaillardirais comme un lézard. Cette ville est au bord de l'eau; on dit qu'elle est bâtie en marbre, et que le peuple y a une telle haine au végétal, qu'il arrache tous les arbres. Voilà un paysage selon ton goût; un paysage fait avec la lumière et le minéral, et le liquide pour les réfléchir![18]

[14] Neves (2012, p. 63).
[15] Neves (2012, p. 63).
[16] Queirós (2013, p. 94).
[17] Neves (2012, p. 62).
[18] Baudelaire (2010, p. 135).

A voz de Baudelaire — alheia ao panorama literário nacional — chama a atenção para a urgência que alguns escritores da altura sentiam para com a "progressiva destruição da floresta". Apesar do insucesso desta primitiva fase do duelo entre o panorama literário português e os ditos "desarvorados"[19], a luta continuou na madrugada do século XX. Mais uma vez, o termómetro da disputa foram as páginas dos grandes escritores europeus da altura: no seu *Ulisses*, James Joyce registou o alarmante estado da floresta portuguesa, tão desmatada como Heligoland, ilha alemã conhecida pela sua única árvore. De facto, a personagem de John Wyse afirma: "Tão desmatados quanto Portugal estaremos em breve — fala John Wyse — ou como Heligolândia com a sua árvore única, se alguma coisa não se fizer para reflorestar a terra"[20]. A nível nacional, a denúncia de James Joyce foi parcialmente partilhada pelos poetas modernistas, herdeiros do combate contra o arboricídio. Embora Mário de Sá-Carneiro e Fernando Pessoa (sobretudo o seu heterónimo Alberto Caeiro) celebrem nos próprios versos as plantas de Portugal, a exaltação da vegetação resulta estritamente funcional ao progresso tecnológico do ser humano. Veja-se, por exemplo, o poema *O Poste Telegráfico* de Mário de Sá-Carneiro. O poeta, inicialmente, compadece-se do destino do pinheiro ("Hoje é um poste liso. / E esguio, e feio e forte, / não tem vida nem seiva. Imóvel está ali / À beira dum trigal... que triste a sua sorte"[21]), para depois, no final do compêndio, saudar com entusiasmo o seu papel de porta de acesso ao mundo enquanto poste telegráfico ("Ah! como te agradeço, ó rede telegráfica! / Viajo sem vintém, graças a ti somente... / Em menos dum minuto e muito facilmente, / Eu sei-me transportar da Oceânia à África!..."[22]). Da mesma forma, no sexto poema de *Mensagem*, o ortónimo Fernando Pessoa menciona o pinhal debaixo da janela de D. Dinis, rei poeta definido como "plantador de naus a haver"[23]. Como no caso de Sá-Carneiro, as árvores são celebradas na medida em que se transformarão nas caravelas que irão difundir a língua portuguesa pelo mundo, ou seja, a tecnologia que irá cumprir o destino mítico de Portugal. Esta contribuição modernista — menos comprometidas do que a dos seus predecessores — conclui a primeira fase do debate em torno do arboricídio português. O esforço dos pioneiros do combate ao ódio ao vegetal acabou por ser pouco eficaz, enquanto o sentimento de insensibilidade para com o desaparecimento da floresta portuguesa se fortaleceu. Nas palavras de Susana Neves: "o culto pela árvore expresso na literatura portuguesa não teve o impacto desejado contra o ódio ao vegetal, persistindo uma atitude de negligência generalizada, independentemente das campanhas institucionais de arborização"[24].

[19] O'Neill (1971).
[20] Joyce (2017, p. 398).
[21] Sá-Carneiro (1996, pp. 240-243).
[22] Sá-Carneiro (1996, pp. 240-243).
[23] Pessoa (2024, p. 60).
[24] Neves (2012, p. 64).

Apesar deste fracasso inicial, a luta continuou durante o Estado Novo. Em 1935, a voz de Aquilino Ribeiro — mencionada por Susana Neves enquanto herdeiro do imaginário de Ramalho Ortigão, no que diz respeito à antropomorfização da natureza — chamou a atenção para a necessidade de reflorestar Portugal, a fim de "ativar a bravura da raça, enraizada na floresta selvagem entretanto perdida"[25]. O apelo de Aquilino Ribeiro foi o prelúdio da Lei do Povoamento Florestal, promulgada pelo regime em 1938, no contexto dos debates em torno da exploração dos terrenos baldios durante a Campanha do Trigo. Esta vitória dos defensores da florestação não foi suficiente para abrandar o combate entre parte dos escritores portugueses e os apoiantes do ódio ao vegetal. De facto, o clímax da luta alcançou o seu ápice durante os últimos anos do regime, período em que apareceram textos como os de Maria Judite de Carvalho, Carlos de Oliveira e, sobretudo, Alexandre O'Neill. Na senda do surgimento da consciência ambiental global — naquela altura foram escritos importantes textos como, por exemplo, *Silent Spring* da bióloga estado-unidense Rachel Carson —, o artista e poeta surrealista publicou a coluna *Aos desarvorados*, manifesto da luta contra o arboricídio em Portugal. Por ocasião do dia da árvore de 1971, O'Neill definiu como "colectiva e sôfrega tontaria"[26] qualquer projeto de desmatamento, em particular os que visassem melhorar a vida dos seres humanos.

> Em Espanha, aqui há uns anos, estava em andamento o projecto de cortar as árvores que ladeiam as estradas, com o objectivo de diminuir o número de acidentes graves na circulação automóvel. Um sujeito, em vez de ir bater no tronco, voaria até ao campo e com isso, certamente, muita vida seria poupada. Foi por diante o projecto? Não sei. Só sei que me pareceu uma ideia tonta, talvez porque ainda não morri contra uma árvore.
>
> Não deixar as árvores "virem" à estrada que resolve, afinal de contas? Haverá outras maneiras menos selvagens de poupar vidas: aperfeiçoar a mecânica dos carros, melhorar (ou acalmar) os cérebros dos condutores, etc. Hoje, que é o Dia da Árvore, pensemos nas árvores que foram sacrificadas pela nossa colectiva e sôfrega tontaria.[27]

Depois do 25 de abril, o apelo de Alexandre O'Neill ecoou nos versos de alguns poetas portugueses, os quais utilizaram a própria voz para denunciar a condição das árvores e o desenfreado aproveitamento dos recursos naturais. É o caso de Fernando Assis Pacheco, autor do poema *Apanhador de Pirilampos*: o uso excessivo de herbicidas afastou os pirilampos do pinheiro, antiga casa dos bichos que, hoje em dia, hospeda apenas lixo nas suas ramagens.

[25] Neves (2012, p. 64).
[26] O'Neill (1971).
[27] O'Neill (1971).

A poluição dos escapes
os herbicidas
foram-vos empurrando para fora do Pinheiro Manso

antiga minha luz
particular
em noites doces
procuro-vos
e nada encontro senão lixo
entre as folhas

fazeis-me
tanta falta
neste mundo[28]

Por volta da mesma altura, Jorge de Sousa Braga publicou a coletânea de poemas *Os Pés Luminosos* (1987), largamente protagonizada pela natureza e, sobretudo, pelas árvores. No epílogo do livro, o poeta portuense louva a poesia enquanto último canto da terra incontaminado, espaço de resistência onde os seres humanos podem ainda respirar:

No fundo, o que me recuso a acreditar é que estamos condenados. Apesar dos prados envenenados, da lenta agonia dos rios e do mar. Da atmosfera cada vez mais carregada das cidades. Contanto que a poesia seja — continue a ser —
um lugar
onde ainda se pode
respirar[29]

Hoje em dia, o debate sobre o papel do vegetal em Portugal tem-se deslocado para outros planos. Como salienta Nicola Biasio, o romance *A Visão das Plantas* (2019) de Djaimilia Pereira de Almeida pode ser lido dentro da perspetiva pós-humanista, resultado da "ecocritica applicata al contesto postcoloniale"[30]. Com efeito, Djaimilia Pereira de Almeida encena os últimos dias do Capitão Celestino — sangrento pirata português de volta do Brasil — a partir do olhar das plantas do seu jardim. Ao longo do romance, as plantas viram o silencioso júri dos crimes de Celestino, incapaz de se arrepender perante a manifestação das próprias vítimas:

[28] Pacheco (2011, p. 48).
[29] Braga (2014, p. 138).
[30] Biasio (2023, p. 64).

> Se alguém pensasse que cultivava as flores do seu caixão, soubesse que as rosas, os cravos, as surpresas suas de cada dia, cada uma das ameixas que quase lhe sabiam a ananás dos Açores eram no futuro do capitão os números, as caras, as almas de quantos, mortos pelas suas mãos ou delas testemunhas, lhe ofereciam agora o seu silêncio eterno, ali plantados, carecidos da água do seu regador, do alimento do seu poço.[31]

O romance de Djaimilia Pereira de Almeida mostra, portanto, como, no Portugal ultracontemporâneo, o foco do debate ambiental se tem cruzado com outros saberes como, entre outros, o pós-colonial, abrindo assim caminhos a visões diferentes como o próprio pós-humanismo. Este enquadramento sumário da luta entre o panorama literário português e os desarvorados é útil para situar Maria Judite de Carvalho e Carlos de Oliveira dentro desta tradição secular. Na secção seguinte, irei ilustrar as transformações urbanísticas que Lisboa viveu durante os anos 60 e 70, altura em que o arboricídio lisboeta atingiu o seu ápice.

2.

No mesmo ano em que Alexandre O'Neill escreveu o seu manifesto contra os desarvorados, o historiador Vitorino Magalhães Godinho publicou o ensaio *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* (1971). No primeiro capítulo, intitulado "Evolução Demográfica e Urbanização", Magalhães Godinho interrogou-se acerca dos processos de urbanização em Portugal. A partir de uma abordagem diacrónica, o historiador comparou as 12 cidades portuguesas (a maioria das quais focadas nas zonas de Lisboa e do Porto) com as 105 de Espanha, salientando o atraso de Portugal no que dizia respeito à urbanística do seu território. Para Magalhães Godinho, a origem da escassa presença de centros urbanos remonta à hostilidade do Antigo Regime para com a modernidade.

> Desde meados do século XIX aos nossos dias, Portugal apresenta-se como país só ténue e limitadamente urbanizado, mesmo em comparação com a Espanha, onde as revoluções maquinistas estão longe de ter alcançado o impacto que alcançaram além-Pirenéus. Sem dúvida, o reduzido número de cidades portuguesas e o modesto volume de cada uma traduzem esse ficar à margem do grande movimento de formação das sociedades burguesas altamente industrializadas e alfabetizadas, essa persistência estrutural de Antigo Regime recusando a modernidade.[32]

[31] Almeida (2019, p. 33).
[32] Godinho (2019, p. 47).

Por meras razões cronológicas, o estudo do historiador não pôde registar o espantoso crescimento demográfico que Lisboa viveu durante vinte anos, de 1960 a 1980. Nesta altura, conjuntamente aos milhares de portugueses que seguiram para a capital em busca de melhores condições económicas e sociais, radicaram-se nos arredores de Lisboa cerca de 12 112 migrantes das antigas colónias africanas. No ensaio *Africanos e afrodescendentes na metrópole portuguesa (século XX): Regresso ao arquivo imperial*, Cláudia Castelo salienta como o Estado Novo mudou as suas políticas migratórias para enfrentar a profunda crise de mão de obra que as Guerras de Libertação tinham desencadeado[33]. Esta mudança resultou na primeira vaga de migrantes cabo-verdianos em Lisboa: embora não haja registos oficiais — o fluxo foi classificado pelo regime como "migração interna" —, estima-se que mais de 8 000 sujeitos foram mobilizados de Cabo Verde para trabalharem nas obras públicas da capital, como, entre outras, o metro. Os dados de Castelo — lidos ao lado dos fornecidos por Vítor Matias Ferreira — mostram como a população da área urbana de Lisboa passou em poucos anos de 1 372 243 para 2 279 975 habitantes[34]. Perante este crescimento tão rápido, Lisboa transformou-se radicalmente sob o ponto de vista arquitetónico e urbanístico. Com efeito, Matias Ferreira definiu a década de 60 como "o triunfo das grandes empresas de construção"[35] na capital e nos seus arredores. O rebentar do mercado imobiliário coincidiu com a abertura do regime para o capital estrangeiro: nos grandes bairros burgueses do século XIX, apareceram as sedes de grandes companhias, como TAP e Shell, entre outras. Como explica Teresa Barata Salgueiro:

> A promoção realizada pelas grandes empresas andou normalmente associada a construção de uma sede. As sedes de empresas foram, segundo cremos, os primeiros edifícios de escritórios construídos em Lisboa propositadamente com esse fim e marcam o início da migração do centro terciário tradicional da cidade (Baixa-Chiado) para norte, pela Avenida da Liberdade. A título de exemplo recordem-se os edifícios BP e Shell perto do topo norte da Avenida da Liberdade, a ex-sede da TAP na Rua do Conde de Redondo, a ICESA na Avenida da Liberdade junto aos Restauradores (edifício depois ocupado pela Direcção-Geral do Comércio lnterno). No seguimento das pioneiras, os anos 80 viram os bancos e as principais companhias de seguros instalar sedes na Avenida e Avenidas Novas (Lioyds, Espírito Santo, Crédito Predial, Nacional Ultramarino, Caixa Geral de Depósitos, por exemplo).[36]

Esta mudança urbanística acarretou o deslocamento dos trabalhadores do centro para os arredores de Lisboa. A fim de acolher os seus novos habitantes, a periferia e as

[33] Cf. Castelo (2022, p. 139).
[34] Cf. Ferreira (1987, pp. 244-245).
[35] Ferreira (1987, p. 243).
[36] Salgueiro (1992).

cidades-satélites da capital trocaram as próprias quintas por prédios residenciais. A propósito destas transformações urbanísticas, António Lobo Antunes escreveu a crónica *Elogio dos Subúrbios*.

> Cresci nos subúrbios de Lisboa, em Benfica, então quintinhas, travessas, casas baixas, a ouvir as mães chamarem ao crepúsculo
> — Víííííííítor
> num grito que, partido da Rua Ernesto da Silva, alcançava as cegonhas no cume das árvores mais altas e afogava os pavões no lago sob os álamos.
> [...] Hoje se vou a Benfica não encontro Benfica. Os pavões calaram-se, nenhuma cegonha na Palmeira dos Correios (já não existe a Palmeira dos Correios, a quinta dos Lobo Antunes foi vendida) o senhor Silvino, o senhor Florindo e o senhor Jardim morreram, ergueram prédios no lugar das casas mas eu suspeito que por baixo destes edifícios de cinco e seis e sete e oito e nove andares, num ponto qualquer sob as marquises e sucursais de banco, o senhor Paulo ainda conserta, com guitas e caniços, as asas dos pardais, a dona Maria Salgado ainda trota de vivenda em vivenda com a Sagrada Família na sua redoma embaciada, o Lafaiete e o Jaurés jogam ao virinhas na Calçada do Tojal cercados de vasos de manjerico e madrinhas de chinelos. [...] Talvez que só a acácia resista, que só ela sobeje desse tempo como o mastro, furando as ondas, de um navio submerso. A acácia basta-me. Arrasaram as lojas e os pátios, não tocam o Papagaio Loiro no sino, mas a acácia resiste. Resiste. E sei que junto do seu tronco, se fechar os olhos e encostar a orelha ao seu tronco, hei de ouvir a voz da minha mãe chamar — Antóóóóóóónio![37]

A incapacidade do escritor de reconhecer o bairro da sua infância é sintomática de quanto mudou a cidade em apenas vinte anos. Só a acácia, última sobrevivente de Benfica, guarda as memórias do antigo subúrbio, hoje extremamente populoso e ultramoderno.

O caso de António Lobo Antunes mostra também o enorme potencial do género textual da crónica no espaço urbano. Criada para caber dentro das margens da página de jornal, a crónica foi capaz de acompanhar o ritmo da modernidade (ou seja, o tempo dos centros urbanos) e registar atentamente as transformações que Lisboa viveu, como demonstrado pelos textos de Maria Judite de Carvalho e de Carlos de Oliveira. A partir da próxima secção, irei apresentar as crónicas destes dois autores relativamente à condição das árvores na zona urbana da capital, querendo abordar primeiro o ponto de vista de Maria Judite de Carvalho.

[37] Antunes (2021, pp. 12-14).

3.

Maria Judite de Carvalho foi injustamente esquecida pela crítica literária de expressão portuguesa. O seu esquecimento, assinalado também pelo marido e escritor Urbano Tavares Rodrigues[38], pode justificar-se à luz da sua escassa participação política no Portugal pós-25 de abril e do seu carácter extremamente reservado. Apesar desta pouca consideração, a obra de Maria Judite de Carvalho foi, igualmente, objeto de estudo de alguns intelectuais, como Helena Carvalhão Buescu e Pedro Serra. Com efeito, o volume *Palavras, Tempo, Paisagem* (2015) recolhe alguns ensaios sobre os contos e, sobretudo, sobre as crónicas da escritora lisboeta, as quais foram publicadas em jornais como o *Diário de Notícias* e o *Diário de Lisboa*. Relativamente à cronística de Maria Judite de Carvalho, Pedro Serra afirma que "os textos de índole cronística de Maria Judite de Carvalho articulam a noção de um processo de modernização que vai marginalizando tanto os sujeitos individuais como colectivos"[39]. A partir das palavras do professor da Universidade de Salamanca, pode abordar-se o tema da condição das árvores dentro da zona urbana de Lisboa, espaço que, como foi mostrado na secção anterior, se transformou no moderno "centro da Metrópole"[40]. De facto, a primeira crónica que denuncia a marginalização das plantas lisboetas é *A Geometria da Cidade*. Na geométrica encruzilhada de becos, ruas e avenidas, as árvores aparecem estéreis, desnaturadas, incapazes de dar frutos ou sombra:

> As árvores não dão nas vistas. Crescem sem originalidade, como se também elas devessem seguir os moldes da cidade, que vê com maus olhos a fantasia das formas irregulares. De resto, as árvores, aqui, são estéreis, não vivem para dar frutos, para dar azeite, para dar sombra. E ninguém liga importância de maior àquilo da clorofila. Na cidade as árvores são toleradas, só isso.[41]

Na visão de Maria Judite de Carvalho, a matemática da paisagem urbana — conceito introduzido pelo arquiteto britânico Gordon Cullen nos anos 60 e que assenta na ideia de vínculo existencial[42] — pode ser alterada pela própria natureza. Como salienta Ada Milani, a imagem da flor amarela que cai em cima do gato morto à beira da rua representa a forma de desobediência às regras da geometria urbana ("vejo, então, encostado ao passeio, um gato morto. Uma criança chega a correr, bate nos meus joelhos, continua o seu caminho. Entretanto, de propósito ou simples acaso, deixou cair uma flor amarela sobre o animal"[43]).

[38] Cf. Rodrigues (2025, p. 9).
[39] Serra (2015, p. 59).
[40] Ferreira (1987).
[41] Carvalho (2019, p. 141).
[42] Ver Sabatella (2008, pp. 61-68). O vínculo existencial remete para o objetivo último da paisagem urbana, ou seja, criar uma ligação emotiva entre o sujeito e o espaço urbano.
[43] Carvalho (2019, p. 142).

A leitura proposta por Ada Milani assenta no conceito de tempo ecológico, apresentado por Serenella Iovino no seu ensaio *Ecologia Letteraria* (2025):

> [La] simultaneità, per paradossale che possa apparire, è la categoria temporale della vita ecologica, perché è quella che rende ragione di ogni attimo del passato (di ogni percorso evolutivo, di ogni sopravvivenza, di ogni mutamento ecc.) in ogni attimo del presente. Nel presente ecologico il passato è sempre contenuto, e il suo significato è sempre attualizzato, recuperato, superato e conservato. Il presente ecologico è cioè la dimostrazione che la dialettica delle differenze coincide con la spinta continua a perpetuarsi e a trasformarsi, insita in ogni espressione naturale e culturale. È qui che la memoria coincide sovversivamente col futuro. Riconoscere questa complessità, vederla attiva nel paesaggio come possibilità ecologica di una vita comune della natura e dell'umano, è la vera, scandalosa forza rivoluzionaria della cultura.[44]

A capacidade da natureza de criar ligações entre as diferentes formas de vida que habitam o mundo como, por exemplo, a flor e o gato exemplificaria o enorme potencial revolucionário da consciência ambiental. Nas palavras de Milani: "la natura — nelle interconnessioni tra le diverse forme di vita e nel suo continuo rinnovarsi — è perciò una forza in grado di sovvertire l'ordine imposto artificialmente"[45]. Da mesma forma, a crónica *Terra, qual Terra?* evidencia como as árvores de Lisboa são confinadas em pequenas reservas, recebendo apenas as visitas dos sujeitos que, como elas, ficam marginalizados pelos processos de modernização da capital: "Quanto às árvores, muitas delas foram cortadas ou metidas em pequenas reservas onde recebem a visita de crianças, dos namorados e dos velhos, gente fora da vida. Os outros têm lá tempo de pensar nas árvores!"[46] A exclamação final salienta como a condição marginal da vegetação não resulta prioritária para a sociedade lisboeta dos anos 60. Com efeito, os velhos, as crianças e os namorados que visitam as árvores são sujeitos improdutivos, ou seja, não pertencem ao tempo que Pedro Serra designa como "português"[47]. Esta temporalidade, imagem do "nojo pelo fim de um império póstumo", reflete-se na própria gélida geometria da capital portuguesa, "zona inóspita de sobreviventes e náufragos, como o são as personagens das crónicas de Maria Judite de Carvalho"[48]. Na moldura desta Lisboa moderna, as árvores fazem parte das margens da paisagem urbana da capital, vítimas do frenético ritmo da modernidade. No final, Maria Judite de Carvalho denuncia a condição das árvores de Lisboa, estéreis e ignoradas pela maioria da população da capital. Assim como o gato protagonista da crónica *Gato a Cem à Hora* — presa da

[44] Iovino (2025, p. 165).
[45] Milani (2026, p. 82).
[46] Carvalho (2019, pp. 136-137).
[47] Serra (2015, p. 60).
[48] Serra (2015, p. 60).

velocidade dos carros que viajam pelas Avenidas —, a vegetação já não faz parte do tempo português. Na mesma linha de pensamento, Carlos de Oliveira publicou *Gás*, manifesto contra o arboricídio lisboeta. Na próxima secção, irei apresentar o olhar do escritor neorrealista no que diz respeito à marginalização e ao extermínio das árvores da capital.

4.

Carlos de Oliveira nasceu em Belém do Pará, Brasil, em 1921. Apesar da sua curta estadia brasileira — já em 1923 se tinha radicado em Portugal com a família —, o futuro escritor neorrealista guardou algumas imagens da floresta amazónica nos seus versos. No poema "Amazónia", por exemplo, relembra a mata dos seus primeiros anos de vida:

> Selva.
> O negro, o índio
> e o mais que me souber.
> O fogo doutro céu,
> o nome doutro dia.
> Tudo o que estiver
> nos nervos
> que me deu.[49]

Este poema, parte de *Turismo* (1946), a sua coletânea poética de estreia, revela o fascínio que Carlos de Oliveira sentia pela floresta. De facto, este espaço protagoniza também o seu ensaio *Na Floresta*, panorâmica das representações da selva ao longo da história da literatura portuguesa. Logo nas primeiras linhas, o escritor neorrealista destaca o papel que a floresta tem desempenhado na sua vida:

> Cada passo, livro, acaso, opção, paixão, me levou sempre a uma floresta. Primeiro a Amazónia insondável onde nasci. Depois a infância, a literatura, a insónia, o amor, a constante derrota política, a hantise da doença, a inadaptação aos códigos, a mania obsessiva do sonho. Floresta de florestas, desdobrando-se em mil raízes entrelaçadas, numa natureza demasiado pobre para tanto excesso.
> Assim continuarei até entrar na floresta donde não se volta. Que seja o mais tarde possível. Apesar de tudo, gosto de perder-me entre as árvores. Descobrir belas adormecidas, embora poucas vezes consiga desencantá-las; pensar no som ausente do vento; ver de quando em quando o cristal do céu; a abóbada das clareiras; vaguear, indagar, viver.[50]

[49] Oliveira (1992, p. 23).
[50] Oliveira (1995, p. 137).

Tendo em conta este seu interesse pela floresta e a sua infância na região rural da Gândara, pode perceber-se o sentimento de estranhamento que Carlos de Oliveira sentiu ao assistir às transformações de Lisboa durante os anos 60, sobretudo no que diz respeito ao desaparecimento das árvores em prol dos projetos de urbanização da capital. Com efeito, o escritor neorrealista manifestou-se publicamente contra o arboricídio lisboeta na crónica *Gás*, parte da coletânea *O Aprendiz de Feiticeiro* (1971). Logo nas primeiras linhas do texto, Carlos de Oliveira salienta o seu ser alheio ao contexto urbano enquanto vem de "famílias arenosas (pântanos, pinheiros, dunas), gente, por assim dizer, alimentada a cerne"[51]. Este seu posicionamento permite-lhe observar de fora o extermínio da vegetação lisboeta, resultado do constante trabalho dos urbanistas, definidos pelo escritor como lunificadores: "O arboricídio floresce (se me permitem a expressão). Algures, em misteriosos gabinetes. Surge nas pranchetas, nos estiradores, escorre da ponta gelada dos compassos, organiza-se a partir das réguas, dos esquadros. O papel deserto, a alma lunar dos urbanistas."[52]

A frieza dos utensílios dos urbanistas remete para o gelo daquela geometria da cidade mencionada na secção anterior deste artigo. Não há espaço para as árvores na "monstruosa ossatura"[53] lisboeta de fábricas e, sobretudo, estradas. É importante referir aqui como a estrada protagoniza também o final de *Casa na Duna* (1946), romance de estreia de Carlos de Oliveira:

> Foi então que a grande estrada que descia da vila começou a aproximar-se de Corrocovo, a abrir-se para por entre o mato, a deitar pinhais inteiros ao chão. Apareceu em frente da aldeia o piso certo de saibro e pedra. [...]
> A estrada continuou a rolar pela gandara. De lugarejo a lugarejo, as distâncias ficavam mais curtas. A exploração ia começar a fundo. Os armazéns, o comércio de Corgos e, através deles, os grandes negociantes e industriais das cidades, lançavam pela estrada nova as furgonetas, os camiões de carga. Escapes ruidosos assustando pássaros e gado. Agora, sim, a vila comia Corrocovo com comodidade: a comodidade dos motores e dos pneumáticos de importação. Uma enorme engrenagem de interesses punha-se em movimento, invadia o areeiro dos camponeses; Ford, Rockfeller, Shell, Renault, equipavam Corgos para aquela marcha; e Corgos, na companhia da gente poderosa doutras regiões, começava a marchar, com firmeza.[54]

[51] Oliveira (1995, p. 133).
[52] Oliveira (1995, p. 133).
[53] Oliveira (1995, p. 134).
[54] Oliveira (2021, p. 102).

O rastejar da estrada pelos pinhais da região coincide quer com o derrubamento da vegetação local quer com a ruína dos Paulos, família protagonista do livro que se recusa a render-se à modernidade. Perante este imaginário tão nefasto, não surpreende que o escritor represente as avenidas da capital como "afluentes de alcatrão em pedra"[55] do rio Tejo. Neste cenário de cimento e nuvens tóxicas, a vegetação consegue crescer timidamente entre as carcaças dos cemitérios de comboios, rastros da passagem humana: "Mais adiante cemitérios de comboios, a ferruagem cor de chocolate espesso e uma tímida erva selvagem nos reiles corcomidos"[56]. Estes cemitérios — assim como o antigo parque militar descrito mais à frente na crónica — podem ser identificados como "ruína urbana"[57]. O geógrafo Eduardo Brito-Henriques explica como os espaços urbanos abandonados se configuram no "imenso arquivo iconográfico mental de arruinamentos que transportamos connosco"[58] desde o triunfo da modernidade. Estes lugares representam anomalias dentro da paisagem urbana enquanto fogem ao domínio dos tempos modernos e do capitalismo. Portanto, à luz da proposta de Brito-Henriques, a ruína urbana pode ser lida em contraposição à estrada que, como já mencionado, representa a modernidade. E é só neste espaço tão anómalo (e atemporal) que o capim consegue crescer. Terminada a primeira parte da crónica dedicada a Lisboa, Carlos de Oliveira alarga o seu olhar ao mundo inteiro. Na senda do desenvolvimento de uma consciência ambiental a nível global, o escritor neorrealista denuncia catástrofes como a desfolhagem da floresta do Vietname: "a incubação vagarosa da doença, que o vento, as folhas caídas, a própria selva, transmitem de árvore em árvore contaminando o chão, assassinando-o"[59]. Esta rápida alusão ao desastre ecológico do Vietname, causado pelos deserbantes estado-unidenses durante a guerra, põe em diálogo a crónica de Carlos de Oliveira com o ensaio *Silent Spring* de Rachel Carson (1962), texto pioneiro contra o uso de pesticidas em agricultura. Perante esta possível intertextualidade, o arboricídio lisboeta transforma-se no espelho do estado doentio do mundo, cada vez pior pelo uso excessivo de produtos como antiparasitários e inseticidas. Na moldura desta paisagem apocalíptica, Carlos de Oliveira utiliza a metáfora do cosmonauta, que, passando pelo céu da terra, observa de longe o extermínio das árvores. Incapaz de compreender o ódio dos seres humanos ao vegetal, afirma:

> Vindo da lua, o cosmonauta diz que poluir o ar e as águas da terra é um crime inominável. Diz, depois de atravessar no seu escafandro o céu dum astro sem ar nem água: dêem a terra, é tudo o que desejo. E entretanto os empreiteiros, os

[55] Oliveira (1995, p. 134).
[56] Oliveira (1995, p. 135).
[57] Brito-Henriques (2017, p. 253).
[58] Brito-Henriques (2017, p. 252).
[59] Oliveira (1995, pp. 135-136).

> lunificadores e os seus operários trabalham nesta praça, aplicadamente, contra a clorofila.[60]

Apesar do apelo do cosmonauta, os lunificadores e os aprendizes deles continuam a própria obra de destruição, enquanto os candeeiros, definidos pelo escritor como "flores de gás"[61], iluminam Lisboa.

5.

Em suma, Maria Judite de Carvalho e Carlos de Oliveira denunciam nas próprias crónicas a condição marginal das árvores dentro da paisagem urbana lisboeta dos anos 60. De facto, os dois escritores cabem na longa tradição de intelectuais portugueses que, indignados perante o desaparecimento da floresta, se manifestaram contra o arboricídio. No contexto do despertar de uma consciência ambiental global — basta pensar que em 1970 se celebrou o primeiro Dia da Terra —, os apelos de Maria Judite de Carvalho e Carlos de Oliveira ecoam no célebre estudo *The Limit to Growth*, publicado em Roma, em 1972. Com efeito, o cerne da investigacão de Donella Meadows, Dennis Meadows, Jorgen Randers e William Behrens foi justamente interrogar-se acerca dos limites dos recursos naturais:

> By now it should be clear that all of these trade-offs arise from one simple fact — the earth is finite. The closer any human activity comes to the limit of the earth's ability to support that activity, the more apparent and unresolvable the trade-offs become. When there is plenty of unused arable land, there can be more people and more food per person. When all the land is already used, the trade-off between more people or more food per person becomes a choice between absolutes.
> In general, modern society has not learned to recognize and deal with these trade-offs. The apparent goal of the present world system is to produce more people with more (food, materials goods, clean air and water) for each person.[62]

Dentro desta perspectiva, o esforço dos dois escritores de chamar a atenção para a marginalização e o desaparecimento das árvores pode remeter para a necessidade de (re)pensar a relação dos seres humanos com a Terra e os seus outros habitantes. Com efeito, Serpil Oppermann afirma que o ambiente comunica o seu estado doentio através de cataclismos, os quais podem ser lidos e interpretados pelos seres humanos a partir de diferentes lugares de fala:

---

[60] Oliveira (1995, p. 134).
[61] Oliveira (1995, p. 136).
[62] Meadows et al. (1972, p. 86).

> [...] the "writtenness" of nature does not in the least change its existence as a force in itself. It continues to function as an ontological force, sending warning signals with its tornadoes, ozone depletion, climatic shifts, extinction of species, melting of the icebergs, and global warming as a final response to the detrimental human interference with its elementals, and regardless of how these forces are constituted socially or culturally which the human agency sees as generating multiple meanings for the concepts they deploy.[63]

À luz desta chave de leitura, é possível afirmar, portanto, que as crónicas de Maria Judite de Carvalho e Carlos de Oliveira alertam para o descuido dos seres humanos para com as árvores, marginalizadas e exploradas de modo desenfreado, a partir da cidade de Lisboa, microcosmo que serve de espelho do estado do mundo.

Referências Bibliográficas

Almeida, D. P. (2019). *A visão das plantas*. Todavia.

Antunes, A. L. (2021). *As crónicas*. Dom Quixote.

Barry, P. (2009). *Beginning Theory*. Manchester University Press.

Baudelaire, C. (2010). *Petits poèmes en prose*. La Flèche Pocket.

Braga, J. de S. (2014). *O poeta nu*. Assírio & Alvim.

Brito-Henriques, E. (2017). Arruinamento e regeneração do espaço edificado na metrópole do século XXI: O caso de Lisboa. *EURE*, *43*(128), 251–272.

Carvalho, A. C. (2024). Humanos e paisagem das terras da Gândara. Uma climocrítica de Casa na Duna (1943) e Finisterra (1978). *Forum Sociológico*, *45*, 81–92.

Carvalho, M. J. de (2019). *Obras completas de Maria Judite de Carvalho* (Vol. 4). Minotauro.

Carvalho, M. J. de (2025). *Obras completas de Maria Judite de Carvalho* (Vol. 1). Minotauro.

Castelo, C. (2022). Africanos e afrodescendentes na metrópole portuguesa (século XX): Regresso ao "arquivo imperial". In I. Mata, & I. Évora (Org.), *The Open Veins of the Postcolonial: Afrodescendentes and Racisms* (pp. 131–152). Tagus Press.

Cohen, M. P. (2004). Blues in the green: Ecocriticism under critique. *Environmental History*, *9*(1), 9–36.

Cokinos, C. (1994). What is Ecocriticism? In *Defining Ecocritical Theory and Practice: Sixteen Position Papers from the 1994 Western Literature Association Meeting*. Western Literature Association Meeting, Salt Lake City, UT, Stati Uniti. https://www.asle.org/wp-content/uploads/ASLE_Primer_DefiningEcocrit.pdf

[63] Oppermann (2006, p. 123).

Cook, N. (1994). What is Ecocriticism? In *Defining Ecocritical Theory and Practice: Sixteen Position Papers from the 1994 Western Literature Association Meeting*. Western Literature Association Meeting, Salt Lake City, UT, Stati Uniti. https://www.asle.org/wp-content/uploads/ASLE_Primer_DefiningEcocrit.pdf

Ferreira, V. M. (1987). *A cidade de Lisboa: De capital de império a centro da metrópole*. Dom Quixote.

Garrard, G. (2004). *Ecocriticism*. Routledge.

Glotfelty, C. (1996). Introduction: Literary studies in an age of environmental crisis. In C. Glotfelty, & H. Fromm (Org.), *The ecocriticism reader: Landmarks in literary ecology* (pp. xv–xxxvii). University of Georgia Press.

Godinho, V. M. (2019). *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Edições 70.

Iovino, S. (2025). *Ecologia Letteraria*. Edizioni Ambiente.

Joyce, J. (2017). *Ulisses*. Difel; Civilização Brasileira.

Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J., & Behrens, W. W. (1972). *The limits to growth*. Universe Books.

Mendes, J., & Mendes, M. do C. (2020). Editorial. *Anthropocenica*, *1*, III–VI. https://doi.org/10.21814/anthropocenica.3087

Milani, A. (2026). *Fra le pieghe del quotidiano. Sulle* crónicas *di Maria Judite de Carvalho (1968–1975)*. Edizione Artemide.

Neves, S. (2012). Nascidos das árvores: Breve ensaio sobre o "duelo" entre os escritores portugueses e os "desarvorados da pátria". *Colóquio/Letras*, *179*, 62–70.

O'Neill, A. (1971, 21 março). Aos Desarvorados. *O Jornal*.

Oliveira, C. de (1992). *Obras completas de Carlos de Oliveira*. Editorial Caminho.

Oliveira, C. de (1995). *O aprendiz de feiticeiro*. Livraria Sá da Costa Editora.

Oliveira, C. de (2021). *Casa na duna*. Assírio & Alvim.

Oppermann, S. (2006). Theorizing Ecocriticism: Toward a Postmodern Ecocritical Practice. *Interdisciplinary Studies in Literature and Environment*, *13*(2), 103–128.

Pacheco, F. A. (2011). O apanhador de pirilampos. In J. de S. Braga (Org.), *Animal Animal: Um bestiário poético* (p. 48). Assírio & Alvim.

Pessoa, F. (2024). *Messaggio* (A. Milani, Trad.). Amos Edizioni.

Sá-Carneiro, M. (1996). *Poemas Completos*. Assírio & Alvim.

Sabatella, A. (2008). Analisando o conceito de paisagem urbana de Gordon Cullen. *da Vinci*, *5*(1), 61–68.

Salgueiro, T. (1992). A produção de espaço de escritórios em Lisboa. *Estudos de Economia*, *13*(1), 3–27.

Serra, P. (2015). Uma geometria gelada: Alienação e iluminação nas crónicas de Maria Judite de Carvalho. In P. Morão, & C. A. Ribeiro (Orgs.), *Maria Judite de Carvalho. Palavras, tempos e paisagem* (pp. 59–70). Edições Húmus.